

Veículos todo-o-terreno abrem ferida atrás de ferida na costa alentejana

A falta de meios de vigilância permite a progressiva destruição da biodiversidade provocada por veículos todo-o-terreno nas zonas dunares e onde existem charcos temporários

Ambiente
Carlos Dias

Aquele que é hoje o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV) começou por se chamar “área de paisagem protegida”, um título que hoje não passa de uma memória esvaçada pelas feridas entretanto infligidas neste litoral. As dunas, uma das suas imagens de marca, são devassadas, abrindo-se no seu flanco múltiplos trilhos que as põem em risco. Como em risco estão os charcos temporários, abrigo de várias espécies ameaçadas, e que estão indefesos perante as investidas dos visitantes.

A zona dos Aivados, no concelho de Odemira, em pleno PNSACV, foi o local escolhido pela organização do 12.º Festival Terras sem Sombras para realizar, no início do mês, uma das suas acções de sensibilização sobre a importância da biodiversidade, focalizada na importância da preservação dos charcos temporários. José António Falcão, director do Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja (DPHADB), entidade organizadora do festival, descreveu um cenário preocupante: “Vimos quase uma dezena de trilhos lado a lado abertos por moto-quatro, motas e jipes, numa área de grande sensibilidade ambiental.”

Ao longo do percurso que realizaram, numa distância de seis quilómetros, os sinais de “vandalismo assumido” eram patentes até na destruição das placas que assinalavam os percursos permitidos. Assim como nas atitudes de turistas que circulavam em moto-quatro “em cima das dunas, numa acção muito agressiva”, descreve António Falcão. As autocaravanas em zonas protegidas foi outra das incongruências assinaladas, a par de trilhos abertos pela força dos veículos todo-o-terreno e que em muitos pontos atravessam os valiosos charcos temporários.

Manuel João Pinto, biólogo na Faculdade de Ciências de Lisboa e que já há 25 anos estuda a zona dos Aivados, confirmou ao PÚBLICO a devassa que ali ocorre. “Há cada vez mais trilhos em zonas protegidas”, facto que está a conduzir a um grave problema que é comum a todo o Alentejo: “A aramagem sistemática das propriedades, alegando-se razões de



“Vimos quase uma dezena de trilhos lado a lado abertos por moto-quatro, motas e jipes, numa área de grande sensibilidade ambiental”

segurança”, diz o especialista, alertando para as consequências resultantes da vedação das propriedades, que acabam por se transformar em “impedimento à circulação da fauna terrestre”, afectando desta forma a biodiversidade.

Referindo-se à destruição de charcos temporários, João Pinto lembra que, nos anos 1990, fez um levantamento deste tipo de zonas húmidas e foram contabilizados mais de uma centena. Dezenas deles “desapareceram entretanto”, sobretudo na zona sul do parque natural, onde está instalado o perímetro de rega do Mira. Na zona norte, que engloba os Aivados, “também desapareceram” alguns, mas em menor escala.

A drenagem dos terrenos onde se localizam as zonas húmidas “já existia em 1958, mas não tinha as características que tem hoje”, salienta o biólogo, destacando a abertura de “valas de drenagem tão fundas quanto possível”, que por vezes chegam até à rocha ou à camada argilosa e

endurecida que fica por debaixo dos charcos temporários, para retirar a água.

Sem meios

O Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) “está desprovido de meios técnicos e de pessoal, para fazer a vigilância de um território com 85 mil hectares de área e que abrange os concelhos de Sines, Odemira, Aljezur, Vila do Bispo e Monchique, assinala a bióloga Ana Paula Canha que juntamente com Carla Pinto Cruz elaboraram um Plano de Gestão de Charcos Temporários.

Ana Paula realça a existência de “plantas endémicas – algumas delas muito raras e que só existem na Península Ibérica – e que se encontram ao lado dos trilhos” utilizados por quem conduz as moto-quatro. “Corremos o risco de perder o resto dos charcos”, admite a bióloga, que é professora na escola secundária de Odemira, frisando que estas zonas húmidas “têm espécies úni-

cas”, tanto vegetais como animais.

Na agricultura tradicional, que foi desaparecendo do interior do parque natural, “o charco era sempre zona natural e um dos sítios mais ricos em anfíbios de Portugal e um mosaico único de biodiversidade”, que agora corre o risco de se perder, conclui a bióloga, frisando que neste momento se luta para salvaguardar “os que ainda existem”.

“O quadro descrito resulta em grande medida do significativo aumento da procura dos espaços naturais costeiros, e muito em particular das áreas do PNSACV, o que tem como resultado situações de conflito, nomeadamente por circulação e estacionamento de viaturas em áreas interditas”, reconhece, ao PÚBLICO, Valentina Calixto, directora do Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Algarve.

A “fragilidade dos ecossistemas dunares” é posta em causa pela circulação de viaturas todo-o-terreno, já que “resulta numa destruição da

vegetação e em alterações das características topomorfológicas que se mantêm visíveis ao longo do tempo, frequentemente durante anos”, confirma Valentina Calixto.

Apesar de toda a sensibilização que as várias entidades públicas com responsabilidades na gestão do parque natural têm vindo a realizar, “continua a verificar-se a ocorrência de situações irregulares, muitas das quais alvo de autos de notícia”, acentua a directora, destacando os investimentos já realizados ou em projecto no ordenamento das acessibilidades à linha de costa, nomeadamente na instalação de parques de estacionamento.

Referindo-se à escassez de meios humanos para exercer a fiscalização, salienta que os serviços “têm exercido as suas competências ao longo dos anos com constrangimentos, o que tem fragilizado a obtenção dos resultados desejados”. No PNSACV encontram-se “em permanência” seis vigilantes da natureza, diz.

ALFREDO ROCHA